

Pontes de Miranda

# TRATADO DAS AÇÕES

Tomo I

Ação, classificação e eficácia

Atualizado por

Nelson Nery Junior

Georges Abboud

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora Responsável*

**MARISA HARMS**

*Diretora de Operações de Conteúdo*

**JULIANA MAYUMI O. ONO**

*Editores:* Andréia Regina Schneider Nunes, Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Diego Garcia Mendonça, Iviê A. M. Loureiro Gomes e Luciana Felix

*Assistente Administrativo Editorial:* Juliana Camilo Menezes

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**DANIEL CESAR LEAL DIAS DE CARVALHO**

*Analistas de Operações Editoriais:* Aline Almeida da Silva, André Furtado de Oliveira, Damares Regina Felício, Danielle Rondon Castro de Moraes, Flávia Campos Marcelino Martines, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos, George Silva Melo, Maria Eduarda Silva Rocha, Mauricio Zednik Cassim e Thiago César Gonçalves de Souza

*Qualidade Editorial e Revisão*

*Coordenação*

**LUCIANA VAZ CAMEIRA**

*Analistas de Qualidade Editorial:* Carina Xavier Silva, Cinthia Santos Galarza, Daniela Medeiros Gonçalves Melo, Daniele de Andrade Vintecino e Maria Angélica Leite

*Analistas Editoriais:* Carolina Costa, Mayara Crispim Freitas e Roney Costa

*Capa:* Chrisley Figueiredo

*Administrativo e Produção Gráfica*

*Coordenação*

**CAIO HENRIQUE ANDRADE**

*Analista Administrativo:* Antonia Pereira

*Assistente Administrativo:* Francisca Lucélia Carvalho de Sena

*Analista de Produção Gráfica:* Rafael da Costa Brito

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Miranda, Pontes de

Tratados das ações : ação, classificação e eficácia : tomo I/Pontes de Miranda. – 1. ed. atual. por Nelson Nery Junior, Georges Abboud. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2016.

Bibliografia.

ISBN 978-85-203-6652-3

1. Processo civil 2. Processo civil – Brasil I. Nery Junior, Nelson. II. Abboud, Georges. III. Título.

15-11558

CDU-3479(81)

**Índices para catálogo sistemático:** 1. Brasil : Processo civil 3479(81)

1025000

## TÁBUA SISTEMÁTICA DAS MATÉRIAS

### PARTE I

### MUNDO JURÍDICO, FATOS JURÍDICOS E IRRADIAÇÃO DE EFEITOS

#### CAPÍTULO I

#### MUNDO JURÍDICO E FATOS JURÍDICOS

§ 1. MUNDO FÁCTICO E MUNDO JURÍDICO .....	33
1. Conceito de mundo fático e conceito de mundo jurídico. 2. Extensão do mundo fático e extensão do mundo jurídico. 3. Efeitos dos fatos jurídicos	
§ 2. CLASSIFICAÇÃO DOS FATOS JURÍDICOS .....	36
1. Classificações principais dos fatos jurídicos. 2. Exemplificações. 3. Classificação dos fatos jurídicos em fatos de direito público e fatos de direito privado. 4. Fatos jurídicos, no direito público	
§ 3. ATOS E FATOS DE DIREITO PÚBLICO .....	45
1. Atos de direito público e sua classificação. 2. Atos jurídicos “stricto sensu” no direito público. 3. Negócios jurídicos bilaterais entre pessoas privadas, no direito público. 4. Atos do Estado no direito privado. 5. Fatos administrativos. 6. Fatos de direito público conforme a hierarquia das regras jurídicas. 7. Atos discricionários dos poderes públicos	

#### CAPÍTULO II

#### DIREITOS, DEVERES, PRETENSÕES, AÇÕES E EXCEÇÕES

§ 4. DIREITOS E DEVERES .....	65
1. Direito subjetivo e titularidade; precisão do conceito. 2. Lado passivo da relação jurídica. 3. Correlação entre direito e dever. 4. Bens da vida e interesses. 5. Direito e dever; sujeito ativo e sujeito passivo. 6. Direito subjetivo e faculdades. 7. Podêres contidos nos direitos. 8. Podêres-direitos; direitos potestativos; direitos formativos. 9. “Dever moral”, “obrigação natural”	

§ 5. CONCEITO E CONTEÚDO DA PRETENSÃO .....	76
1. Conceito de pretensão e conceituações a serem evitadas. 2. De como se exigem as pretensões. 3. Diversidade do conteúdo das pretensões. 4. Ação declaratória e pretensão de direito material. 5. Pretensão que contém ação e pretensão sem ação. 6. Direitos absolutos e pretensão. 7. Direitos formativos e pretensão. 8. Direitos relativos e pretensões	
§ 6. PRETENSÃO E OBRIGAÇÃO .....	82
1. Conceito de pretensão. 2. Fim da pretensão. 3. Precisão do conceito de pretensão. 4. Pretensão e figuras que com ela não se confundem	
§ 7. ESPÉCIES DE PRETENSÕES .....	86
1. Pretensões pessoais e pretensões reais. 2. Pretensões obrigacionais ditas “in rem scriptae”. 3. Contra quem se dirigem as pretensões reais. 4. Pretensões e direitos ulteriormente nascidos, ou nascidos à parte. 5. Pretensão real, ação real e créditos surgidos da violação	
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>EXERCÍCIO DOS DIREITOS, DAS PRETENSÕES, DAS AÇÕES E DAS EXCEÇÕES</b>	
§ 8. CONTEÚDO E EXERCÍCIO .....	99
1. Conteúdo e exercício. 2. Pedido de cumprimento e exigência de pretensão. 3. Escala dos exercícios. 4. Exercício dos direitos formativos. 5. Exercício das pretensões. 6. Exercício das ações. 7. Exercício das exceções; princípio da indiferença das vias. 8. Exceções e direitos formativos extintivos, após a coisa julgada	
§ 9. EXERCÍCIO DE PODÊRES .....	105
1. Podêres e exercício. 2. Alienação. 3. Escala de exercícios. 4. Exercício consumptivo e exercício não-consumptivo. 5. Ato de disposição	
§ 10. EXERCÍCIO E LIMITES DO CONTEÚDO .....	108
1. Limites do conteúdo. 2. Excesso e contaminação do ato	
§ 11. EXERCÍCIO E CONSCIÊNCIA DOS ATOS .....	108
1. Afirmação de direito. 2. Comunicação de conhecimento	
§ 12. LIBERDADE DO EXERCÍCIO .....	109
1. Princípio da liberdade de exercício; dever de exercício. 2. Não-exercício; conseqüências	
§ 13. TITULARIDADE E EXERCÍCIO .....	110
1. Quem exerce os direitos, as pretensões, as ações e as exceções. 2. Atos-fatos jurídicos. 3. Disposição e exercício. 4. Exercício por outrem. 5. Direitos derivados. 6. Podêres	

§ 14. DIVISIBILIDADE DO EXERCÍCIO.....	114
1. Exercício indivisível. 2. Divisão	
§ 15. PRESSUPOSTOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO.....	115
1. Comêço do exercício. 2. Pressuposto probatório e legitimação com cár- tula. 3. Titularidade e legitimação	
§ 16. LIMITES DO DIREITO E LIMITES DO EXERCÍCIO.....	117
1. Princípio da coextensão do direito e do exercício. 2. Coexistência dos direitos e exercício de direitos. 3. Promessas quanto a coisas ou atos. 4. Dano a outrem com o exercício de direitos. 5. Irrelevância do fim do exercício dos direitos e da reserva mental	
§ 17. “PACTUM DE NON PETENDO”.....	121
1. Pacto concernente ao exercício. 2. Direitos reais e “pactum de non petendo”	
§ 18. EXERCÍCIO DAS PRETENSÕES .....	122
1. Exercício extrajudicial e exercício judicial das pretensões. 2. Exercício da pretensão e exercício da ação. 3. Pretensões reais e seu exercício. 4. Exigibilidade e pretensão. 5. Insatisfação e ação	
§ 19. PRETENSÃO, AÇÃO E REMÉDIO JURÍDICO PROCESSUAL.....	131
1. Pretensão e ação. 2. Ação. 3. Remédio jurídico processual. 4. Pretensão à tutela jurídica	
§ 20. PRETENSÕES DESPROVIDAS DE AÇÃO.....	136
1. Devedor a que não se pode exigir. 2. Inacionabilidade de pretensão e direito de retenção. 3. Interpelabilidade e inacionabilidade. 4. Pena convencional e inacionabilidade. 5. Penhor e pretensão sem ação. 6. Ação e compensabilidade	
§ 21. PRETENSÃO SEM AÇÃO E COGNIÇÃO JUDICIAL .....	140
1. Pretensão sem ação, alegada em juízo. 2. Direito e pretensão à declaração	
§ 22. EXEMPLOS DE MUTILAÇÃO .....	142
1. Direitos mutilados e pretensões mutiladas. 2. Excepcionabilidade e acionabilidade. 3. Pretensão futura e ação. 4. Falta de pressupostos processuais. 5. Falta de ação, em vez de mutilação. 6. Concordata con- cursal e concordata falencial	

## PARTE II AÇÕES EM GERAL

### CAPÍTULO I AÇÕES

§ 23. PRETENSÃO E AÇÃO .....	149
------------------------------	-----

1. Princípio geral da acionabilidade das pretensões. 2. Ação (em direito material) e “ação” (em direito processual). 3. “Ação” judicial e “ação” administrativa. 4. Pretensão sem ação e falsa ablação da ação. 5. Pretensão à tutela jurídica e renunciabilidade das pretensões	
§ 24. PRECISÕES SÔBRE O CONCEITO DE AÇÃO .....	155
1. Ação, no sentido do direito material. 2. De quando nasce a ação. 3. Ação sem haver pretensão. 4. Ação e tutela jurídica	
CAPÍTULO II	
CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES	
§ 25. ESPÉCIES DE AÇÕES .....	159
1. Classificação das ações segundo o quanto de eficácia. 2. Ações e preponderância de eficácia	
§ 26. AÇÕES E PESOS DE EFICÁCIA.....	163
1. Precisos sôbre eficácia. 2. Elementos componentes da eficácia e preponderância. 3. Perguntas e respostas sôbre a fôrça e a eficácia. 4. Número exato das classes	
§ 27. MEDIDA DE EFICÁCIA IMEDIATA E DE EFICÁCIA MEDIATA .....	170
1. Ação declarativa e sentença declarativa. 2. Ação constitutiva e sentença constitutiva. 3. Ação condenatória e sentença condenatória. 4. Ação mandamental e sentença mandamental. 5. Ação executiva e sentença executiva	
§ 28. PARTICULARIDADES DA EFICÁCIA MEDIATA.....	175
1. Elemento declarativo e elemento constitutivo. 2. Elemento condenatório. 3. Elemento mandamental. 4. Elemento executivo	
§ 29. ELEMENTOS MÍNIMOS DA EFICÁCIA SENTENCIAL .....	180
1. Preliminares. 2. Análise das ações	
§ 30. CONCORRÊNCIA DE AÇÕES.....	184
1. Conceito e espécies de concorrência. 2. Propositura de outra ação concorrente. 3. Ações subsidiárias	
§ 31. AÇÃO DE ABSTENÇÃO .....	186
1. Tutela jurídica e pretensão à abstenção. 2. Extensão do cabimento da ação de abstenção. 3. Prescrição da ação de abstenção. 4. Preventividade da ação	
§ 32. SENTENÇAS E EFICÁCIA.....	195
1. Conceito de sentença. 2. Eficácia das decisões. 3. Eficácia sentencial e processo. 4. Classificação das sentenças pela eficácia. 5. Obrigação	

estatal de decidir e sentença. 6. Sentenças sobre o mérito e sentenças sobre processo. 7. Pesos de eficácia das sentenças

§ 33. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL .....	216
1. “Conclusio in causa”, sentença, e eficácia sentencial. 2. Ação e sentença, quanto à eficácia. 3. Limites das espécies de eficácia. 4. Precaução de método. 5. Sentença e lei. 6. Análise das classes. 7. Eficácia de coisa julgada material. 8. Imperatividade e imutabilidade. 9. Pressupostos objetivos	

### CAPÍTULO III

#### CLASSIFICAÇÃO DAS SENTENÇAS

§ 34. SENTENÇA DECLARATIVA .....	241
1. Conceito. 2. Problemas da coisa julgada material. 3. Ações de Estado e eficácia “erga omnes”. 4. Modificação da eficácia da sentença	
§ 35. SENTENÇA CONSTITUTIVA .....	246
1. Conceito. 2. Falsos casos de declaratividade. 3. Ações de nulidade e de anulação do casamento. 4. Solução consensual da lide	
§ 36. SENTENÇA DE CONDENAÇÃO .....	253
1. Conceito. 2. Falsos casos de condenatoriedade em casos especiais. 3. Direito intertemporal	
§ 37. SENTENÇA MANDAMENTAL .....	256
1. Conceito. 2. Essencialidade do mandado	
§ 38. SENTENÇA EXECUTIVA .....	258
1. Conceito. 2. Espécies	
§ 39. EFICÁCIAS PROBATÓRIA (A), ANEXA (B) E REFLEXA (C) .....	260
1. Distinções conceptuais. 2. Efeitos anexos e mandamentalidade 3. Efeitos reflexos	
§ 40. PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA .....	270
1. Audiência e publicidade da sentença. 2. Audiência oral e sentença	
§ 41. DECISÃO TOTAL E DECISÃO PARCIAL .....	274
1. Sentença e questões decididas. 2. Eficácia sentencial e coisa julgada. 3. Sentença sobre questão prejudicial. 4. Sentenças em ações de medidas preventivas	

### CAPÍTULO IV

#### TUTELA JURÍDICA PELO ESTADO

§ 42. PROCESSO E FUNÇÃO SOCIAL .....	277
1. Direito e processo. 2. Justiça de mão própria	

§ 43. CONCEITO E NATUREZA DA PRETENSÃO À TUTELA JURÍDICA ....	278
1. Justiça de mão própria e tutela jurídica. 2. Finalidade do processo; função judiciária; petição e demanda. 3. Petição e direito a que o Estado preste justiça. 4. Exercício da pretensão à tutela jurídica e jurisdição. 5. Ineliminabilidade do conceito de pretensão à tutela jurídica	
§ 44. EXERCÍCIO DE PRETENSÃO À TUTELA JURÍDICA E ATENDIMENTO	285
1. Capacidade para ser parte e prestação futura. 2. Prestação jurisdicional e sentença justa. 3. Pré-processualidade da pretensão à tutela jurídica. 4. Pressupostos da tutela jurídica. 5. Competência judicial e tutela jurídica. 6. Direito material e direito formal	
§ 45. EXERCÍCIO DA PRETENSÃO À TUTELA JURÍDICA .....	294
1. Dever dos órgãos do Estado. 2. Relação jurídica processual. 3. Segurança intrínseca. 4. Eficácia sentencial. 5. Partes ou figurantes da relação jurídica processual. 6. Quem é parte. 7. Representação e apresentação. 8. Princípio de igual tratamento das partes. 9. Conceito de autor. 10. Autor e assistente do autor. 11. Conceito de réu. 12. Interêsse legítimo; econômico ou moral. 13. Legitimidade do interêsse. 14. Interêsse do autor e interêsse do réu	
§ 46. REMÉDIO JURÍDICO PROCESSUAL E RAZÃO DAS PARTES.....	311
1. Direito pré-processual e justiça. 2. Preexistência do direito, da pretensão e da ação. 3. Importância da classificação das ações	
§ 47. PROCESSO .....	333
1. Conceito. 2. Procedimento e autos de processo. 3. Processo civil. 4. Processo penal	
§ 48. PEDIDO E RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL .....	334
1. Conceito de pedido. 2. Dever de administrar justiça. 3. Admissibilidade processual e mérito. 4. Prolação da sentença e ordem dos julgamentos	
§ 49. EFICÁCIA SENTENCIAL DE COISA JULGADA (COISA JULGADA FORMAL E COISA JULGADA MATERIAL) .....	344
1. Despachos interlocutórios e coisa julgada material. 2. Jurisdição voluntária e coisa julgada material. 3. Ações de Estado. 4. Eficácia de coisa julgada material e eficácia “erga omnes”	
§ 50. IMODIFICABILIDADE DA SENTENÇA .....	354
1. Sentença definitiva. 2. Decisão de acôrdo com a equidade. 3. Ação de modificação. 4. Decisão e interpretação da sua extensão. 5. Limites temporais, espaciais, objetivos e subjetivos da coisa julgada	
§ 51. JUÍZO CÍVEL E JUÍZO CRIMINAL .....	373
1. Preliminares. 2. Dados históricos do Império. 3. Direito vigente	